

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA: BAIXO CRESCIMENTO E RECESSÃO

Francisco Luiz Corsi¹

RESUMO: O presente artigo discute as razões do baixo crescimento ao longo do primeiro governo Dilma. Também discute o que levou a economia brasileira mergulhar na crise a partir do início de 2015, embora sua situação não fosse tão ruim no período anterior. Em linhas gerais, defendemos a proposição segundo a qual o principal determinante do baixo crescimento reside no fato do governo Dilma não ter rompido com o núcleo da política macroeconômica neoliberal, seguida desde o governo FHC. Na fase expansiva do capitalismo global (2003-2007) foi possível compatibilizar essa política com medidas voltadas para o crescimento do mercado interno. Com a crise de sobreacumulação do capitalismo vieram a tona as contradições entre esses dois eixos de política econômica.

Palavras-chave: Brasil, política econômica, neoliberalismo.

ABSTRACT: This article discusses the reasons for low growth over the first government Dilma. It also discusses what led the Brazilian economy plunge into crisis from the beginning of 2015, although its situation was not so bad in the previous period. In general, we support the proposition that the main determinant of low growth lies in the fact that the Dilma government have not broken with the core of neoliberal macroeconomic policy followed since the Cardoso government. In the expansive phase of global capitalism (2003-2007) it was possible to reconcile this policy with measures aimed at the growth of the internal market. With the capitalist over-accumulation crisis came to the fore the contradictions between these two strands of economic polic.

Keywords: Brazil, economic policy, neoliberalism.

Introdução

No primeiro mandato do governo Dilma, o PIB cresceu em média 2,1% ao ano, metade da taxa de expansão verificada no governo Lula. Crescimento inferior ao da economia mundial e da América Latina, que cresceram respectivamente 3,4% e 2,9% ao ano no mesmo período. Este desempenho abaixo da média mundial e regional foi acompanhado de taxas de inflação próximas ao teto da meta (6,5%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)². A formação bruta de capital fixo permaneceu em

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153>

¹ Professor de Economia Brasileira da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Entre 2011 e 2014, o IPCA apresentou respectivamente as seguintes variações: 6,50%, 5,84%, 5,91% e 6,41% (IPEADATA, 2015).

níveis relativamente baixos, oscilando entre 19,3% do PIB, em 2011, e 17,7% do PIB, em 2014. Taxas insuficientes para sustentar níveis mais elevados de atividade econômica. O crescimento foi puxado, sobretudo, pelo aumento do consumo das famílias, que cresceu 3,1% ao ano, o que se deveu a uma série de fatores, quais sejam: aumento do emprego e da renda, ampliação do crédito e a manutenção de programas sociais, como o bolsa família (CEPAL, 2015; IBGE, 2015; IPEADATA; 2015; OECD, 2015).

A partir do início do segundo mandato de Dilma a economia brasileira rapidamente deteriorou-se, embora sua situação não fosse tão ruim no período anterior. O Brasil vivia um baixo crescimento e a inflação não estava fora do controle, mantinha-se dentro das metas de inflação para o período. O nível de emprego era elevado e a renda crescia, apesar de crescer a taxas cada vez mais decrescentes. O objetivo do presente artigo é discutir as razões da tendência ao baixo crescimento no primeiro governo Dilma e do mergulho da economia na recessão em 2015.

A política econômica no período 2011 – 2014

Em linhas gerais, o governo Dilma manteve a política econômica do seu antecessor. Em seus dois mandatos, Lula não alterou substantivamente a política macroeconômica de FHC. Metas de inflação, câmbio flexível e superávits primários continuaram a nortear a sua política econômica. Estes parâmetros, como já tinha ficado evidente no governo FHC, implicavam elevadas taxas de juros e tendência a valorização da moeda. Esta política expressava sobretudo os interesses do capital financeiro nacional e global.

Entretanto, Lula adotou, ao mesmo tempo, uma série de medidas voltadas para incrementar o mercado interno, dentre as quais cabe destacar: ampliação do crédito (sobretudo para o setor imobiliário), majoração do gasto público, ampliação da infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliação da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fomentar setores considerados estratégicos, adoção de políticas sociais visando enfrentar

a questão da miséria (em especial o programa Bolsa Família) e majoração do salário mínimo (Sicsú, 2013)³.

A grande expansão da economia mundial entre 2003 e 2007 possibilitou a compatibilização dessas duas linhas de política econômica. O boom de commodities e a entrada volumosa de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos e aplicações especulativas ao reduzirem momentaneamente a vulnerabilidade externa, que tanto marcou a economia brasileira na década anterior, abriram espaço para a adoção de políticas expansivas. O bom desempenho das exportações de commodities e as medidas de estímulo ao consumo e aos investimentos asseguraram um crescimento médio de 4,0% do PIB ao longo do governo Lula (IPEADATA, 2015). A política de Lula ao incrementar o emprego, majorar os salários, implementar vários programas sociais focalizados, estimular a acumulação, diminuir a relação dívida/PIB e manter o câmbio valorizado e as taxas elevadas de juros buscava contemplar, ao mesmo tempo, múltiplos interesses, que iam da classe trabalhadora a setores da burguesia financeira, passando por setores da burguesia vinculados ao mercado interno e pelo agronegócio. Lula não fez reforma agrária e adotou uma tímida política ambiental. Lula tentou articular amplo arco de alianças para dar sustentação política a seu governo. A manutenção do crescimento econômico era importante para acomodar os dispares interesses dessa aliança tácita e intrinsecamente instável⁴.

³ Entre 2006 e 2012, o rendimento médio real do trabalho cresceu 3,5% ao ano. O Desemprego, que em 2002 atingia 11,6% da população economicamente ativa caiu para 5,5%, em 2012. Entre 2003 e 2012, o PIB *per capita* cresceu 2,5% ao ano. A participação dos salários no PIB, em 2003, foi 46,26%, passando para 51,40%, em 2009. O Índice Gini entre 1995 e 2011 caiu de 0,585 para 0,501, o que significou um crescimento com distribuição da renda no período do governo Lula. Outros resultados importantes foram a redução da dívida pública, que representava, em 2002, 60,40% do PIB e caiu, em 2012, para 35,1%, a manutenção do controle do processo inflacionário e a elevação substancial do nível das reservas internacionais do país. (SICSÚ, 2013, p. 57; BARBOSA, 2013, p. 95-97).

⁴ Não parece adequado denominar essa política de desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista, pois um dos elementos centrais do desenvolvimentismo no período Vargas era completar o processo de industrialização do Brasil. Vargas enfatizava o papel do Estado e do capital nacional nesse processo, mas sem alijar o capital estrangeiro, considerado importante para o financiamento do desenvolvimento. Esta seria a maneira de assegurar o desenvolvimento e autonomia nacional. Este objetivo central seria retomado no governo Geisel, cujo II PND consistiu na última tentativa de completar a instalação do Departamento I na economia brasileira. A partir de Juscelino o desenvolvimentismo continuou a ter como uma de suas metas centrais avançar no processo de industrialização, mas a ênfase da política econômica parece ter recaído no setor de bens de consumo duráveis. O avanço da industrialização ocorreu com larga participação do Estado e das empresas estrangeiras no mercado interno, com ou sem associação com empresas nacionais, e largo financiamento externo. As políticas econômicas de Lula e Dilma não parecem estar comprometidas com esse objetivo central do desenvolvimentismo, embora contemplem várias medidas favoráveis à indústria. Além disso, o contexto da economia mundial é bem diverso daquele que vigorou entre 1930 e 1980, quando parecia possível para o Brasil completar a industrialização. A mundialização do capital parece ter estreitado essa possibilidade.

Este quadro, apenas esboçado em suas linhas mais gerais, se modificaria gradativamente a partir da deflagração da crise de estrutural de sobreacumulação do capitalismo global em 2007. No novo contexto, as contradições entre essas duas linhas de política econômica não tardariam a emergir, reafirmando a incompatibilidade desses interesses.

Inicialmente, contudo, isto não parecia evidente, pois a economia brasileira cresceu 7,5% em 2010, depois de apresentar um retrocesso de 0,6% no ano anterior (IPEADATA, 2015). A resposta dada a crise mundial baseou-se no incentivo ao consumo, na ampliação do crédito, na isenção fiscal para vários setores, no incremento do gasto público e na lenta redução dos juros. Estas medidas pareciam indicar que Lula esboçava um rompimento (ou pelo menos uma maior flexibilização) com a política macroeconômica neoliberal, seguindo certa tendência que parecia firmar-se no início da crise, mas que esmoreceria à medida que os interesses da fração financeira, que ocupa a posição hegemônica no capitalismo global, não foram suficientemente abalados pela crise de sobreacumulação.

Os primeiros sinais de problemas foram detectados quando o crescimento econômico de 2010 foi acompanhado por pressões inflacionárias, que apontavam para a superação do teto de 6,5% da meta de inflação. Cabe observar que durante a retração de 2009 a inflação não apresentou queda expressiva. Também cabe assinalar que as pressões sobre os preços apresentavam tendência a alta não obstante a moeda valorizada e a elevada taxa de juros.

Eleita neste contexto, Dilma aparentemente não compreendeu o conjunto das alterações em curso na economia mundial, que afetavam diretamente o Brasil, embora a economia brasileira tenha reagido rapidamente à crise. Ainda em 2010, Lula, diante das pressões inflacionárias e preso as amarras da política de metas de inflação, começou, em meados do ano, a aumentar novamente as taxas de juros, o que não surtiu os efeitos esperados.

Dilma, pressionada pela alta dos preços, que se aproximavam do teto da meta, de forma coerente com a política de metas de inflação, a partir do início de 2011, deu continuidade à elevação moderada dos juros. Associou a esta medida a restrição ao crédito, o aumento do compulsório e das exigências de capital dos bancos, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de crédito pessoal e a

contenção do gasto público. Porém, não cortou os gastos com os programas sociais. O objetivo desse conjunto de medidas era conter a inflação, sem uma forte majoração dos juros (Sicsú, 2013). Também manteve a política cambial, que implicava em valorização da moeda.

As medidas adotadas no primeiro semestre de 2011, somadas ao repique da crise internacional e a crescente deterioração das contas externas, acarretaram uma desaceleração mais forte do PIB em 2011, que cresceu 2,73% (IPEADATA, 2015). No período que se seguiu, a postura mais intervencionista por parte do governo e mudanças em alguns marcos institucionais, que desagradaram setores da burguesia, contribuíram para inibir o investimento. A tendência a valorização da moeda⁵, que perdurava desde o início do plano real e que decorria, em grande parte, da própria política macroeconômica neoliberal, de efeitos tão deletérios para a indústria, também inibia a acumulação de capital no setor. A valorização do câmbio foi um dos fatores que corroeram o apoio do setor ao governo. Tendência que se manifestaria de forma cada vez mais forte à medida que avançava o governo Dilma.

Embora a inflação não tivesse cedido, para deter a desaceleração da economia, Dilma a partir de agosto de 2011 iniciou cautelosa e tardia redução da taxa básica de juros, que em outubro de 2012 atingiu a cifra de 7,25%, aproximando-se, em termos reais, das taxas vigentes na maioria dos demais países⁶. O governo esperava com essa medida incentivar o consumo e o investimento, reduzir o peso da dívida pública no PIB e inibir a entrada de capital estrangeiro que tanto pressionava a valorização do câmbio. Paralelamente, o governo adotou as seguintes medidas: redução o compulsório e do IOF

⁵ Existe muita controvérsia acerca do nível de valorização do real na literatura. Segundo Oreiro (2014), a taxa real efetiva de câmbio, no final de 2013, estava cerca de 25% valorizada em comparação a taxa vigente em junho de 2004. Segundo Nassif (2015, p. 431), a valorização seria da ordem de 50% no mesmo período, apesar da desvalorização nominal do câmbio no governo Dilma. Se compararmos com o ano de 1994, a valorização do real seria ainda maior. É preciso levar em conta que o dólar se desvalorizou em relação a maioria das demais moedas a partir da política monetária frouxa adotada pelo Federal Reserve para combater a crise de 2007. Um dos motivos da inflação permanecer colada na meta no primeiro mandato de Dilma reside na pequena desvalorização do real no período. Contudo, toda vez que o câmbio desvalorizou-se pela ação do próprio mercado, o Banco Central permitiu que o real voltasse a se valorizar, como nos casos de 1999, 2002-2003 e 2008 (Nassif, 2015). Isto decorreu da vigência da política de metas, que implica em juros elevados. A forte desvalorização observada a partir do início de 2015, provavelmente, não perdurará no tempo, pois a trajetória da taxa de juros é ascendente. Dilma optou pela ortodoxia ante as ameaças de ser derrubada. Assim que a turbulência atual amainar, os juros elevados deverão acarretar nova valorização da moeda. Cabe observar que a maioria desses episódios de revalorização ocorreu no governo Lula, o que indica o quanto ele permaneceu fiel a política macroeconômica neoliberal.

⁶ A SELIC, em janeiro de 2011, estava em 10,75%, subindo para 12,50% em agosto. A partir daí caiu até abril de 2013, quando atingiu a cifra de 7,25%. Então passou a subir até o final de 2015, situando-se em 14,25% em dezembro (IPEADATA, 2015).

sobre o crédito pessoal, ampliação do gasto público, majoração do salário mínimo, aumento dos auxílios relativos ao programa bolsa família e a desoneração fiscal de setores considerados importantes. Também adotou medidas de proteção para setores em dificuldade devido a acirrada concorrência externa⁷, mas não adotou medidas que permitissem uma efetiva desvalorização do real. Sem uma política de controle dos fluxos de capital, a redução paulatina dos juros e o pequeno aumento na taxaço do capital estrangeiro não se mostraram suficientes para reverter a tendência de valorização da moeda. Para combater a inflação, além de manter a moeda valorizada em termos reais, o governo passou a controlar os preços administrados pelo Estado. O governo anunciou a partir da implementação dessas medidas ter adotado uma nova matriz de política econômica, calcada nos juros baixos, no câmbio competitivo e no aumento do gasto público (Gonçalves, 2013; Sicsú, 2013; Oreiro, 2014). O objetivo dessas medidas era retomar o acelerado crescimento, uma das principais bandeiras do governo e ponto importante para o apoio da classe trabalhadora e para acomodar os dispares interesses das diferentes frações da burguesia que apoiavam o governo.

Esta linha de política econômica indicava que Dilma caminhava no sentido de modificar a política macroeconômica neoliberal herdada de FHC, particularmente ao reduzir a taxa de juros e flexibilizar a forma de combate à inflação. Contudo, esta linha parecia estar em consonância, pelo menos no que diz respeito a postura em relação à inflação, com posicionamentos que ocorriam no interior da própria ortodoxia nos países desenvolvidos, em particular nos EUA, que defendiam flexibilizar as metas de inflação e que propunham que o objetivo da política econômica também deveria pautar-se pela manutenção do crescimento e do emprego (Nassif, 2015). A tímida tentativa do governo Dilma de flexibilizar a política macroeconômica neoliberal não se sustentou por muito tempo.

Os setores rentistas, que estavam perdendo terreno na condução da política econômica, particularmente devido à redução dos juros, ficaram bastante contrariados e passaram a pressionar cada vez mais o governo. Altas taxas de juros, severo controle da inflação e câmbio valorizado são fundamentais para a valorização do capital fictício, que tem na dívida pública um dos principais espaços de valorização. Também preocupava

⁷ Para proteger setores em dificuldades devido a acirrada concorrência externa o governo adotou as seguintes medidas: medidas antidumping, maior rigor na fiscalização das importações, aumento de imposto sobre produtos industrializados importados, preferência por produtos nacionais nas licitações públicas, aumento de tarifas (Corsi, Camargo e Santos, 2014, p. 268).

esses setores a tendência de ampliação do gasto público, o que poderia deteriorar a relação dívida pública/PIB, indicando futuras dificuldades de o Estado pagar suas dívidas. O fato de todos os setores da burguesia participarem amplamente da valorização fictícia do capital, generalizou o descontentamento com a política econômica. Também se somaram uma série de outras medidas do governo que geraram inúmeros pontos de atrito com a classe dominante, dentre as quais cabe mencionar: a manutenção da moeda valorizada que comprometia a competitividade do setor industrial e neutralizava as várias medidas para estimular o setor; alterações nos marcos regulatórios, que ao diminuir a rentabilidade das concessões estatais, inibiram os investimentos em infraestrutura; a utilização dos bancos estatais para ampliar a oferta de crédito e medidas para ampliar a regulação estatal de setores da economia, como o setor energético. Estas medidas desagradaram inúmeras frações da burguesia (Gonçalves, 2013; Singer, 2015). Dessa forma, o governo Dilma acabou entrando em atrito com a maioria dos setores da classe dominante, o que teve reflexos óbvios em sua base de sustentação no Congresso. Os descontentamentos se ampliaram com a queda do crescimento.

Concomitantemente, a grande imprensa, expressando sobretudo os interesses do capital financeiro, intensificou as críticas ao governo, que se mostrava incapaz de conter a pretensa crise inflacionária. A imprensa e os economistas neoliberais passaram a defender uma rígida política ortodoxa, baseada na elevação dos juros, na contenção do crédito e no corte dos gastos públicos. A obtenção de superávits primários elevados a qualquer custo passou a ser o núcleo da defesa da ortodoxia. Estas medidas de caráter recessivo seriam fundamentais para conter o excesso de demanda, considerado a causa principal da inflação. Essa corrente também argumentava que o gasto público ao tender a crescer mais rapidamente que o PIB levaria, inexoravelmente, o país para uma crise fiscal. Daí a necessidade de conter os gastos, sobretudo os sociais. Neste ponto, consideravam que os direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988 não corresponderiam as reais condições econômicas do país.

Entretanto, os neoliberais parecem esquecer que um ajuste fiscal estrutural depende, em boa medida, do crescimento da economia, sem o qual fica muito difícil estabilizar o orçamento público, vide o caso da Grécia. A proposta liberal se fundamenta, em grande parte, no declínio dos salários, na redução dos direitos sociais e na queda do emprego. Conseqüentemente teríamos uma redução da demanda e, portanto, da inflação. Ao mesmo tempo, os lucros aumentariam em virtude da queda dos custos. O equilíbrio

das contas públicas e da inflação reverteria as expectativas negativas e fariam com que os empresários recuperassem a confiança. Estas seriam as condições para a retomada dos investimentos privados.

Paralelamente, desencadeou-se uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde e o fim da corrupção generalizada no setor público. Desencadeados por setores de esquerda, os movimentos foram engrossados por outros setores, em especial das classes médias, e acabaram dominados pelos setores de centro direita. Esses heterogêneos movimentos acuaram o governo (Singer, 2015).

Neste contexto, pressionado por todos os lados, o governo Dilma cedeu às pressões conservadoras e abandonou sua breve e tímida tentativa de flexibilização da política macroeconômica neoliberal. O Banco Central a partir de abril de 2013 intensificou a elevação dos juros com o objetivo de deter o processo inflacionário. Note-se que essa alteração começou a ser implementada antes do processo eleitoral de 2014.

A política de Dilma adotada partir de agosto de 2011 não logrou reverter as tendências de desaceleração da economia, de elevação dos preços, de valorização da moeda, de deterioração das contas externas, de desindustrialização e de reprimarização das exportações⁸. Em 2012, a economia cresceu 0,9%, em 2013, 2,49% e 0,1%, em 2014 (Goncalves, 2013; Cano, 2014; IPEADATA, 2015). A inflação permaneceu colada ao teto da meta, mas não estava fora de controle. As causas do fracasso dessa política são múltiplas e não se devem necessariamente as razões apontadas pelos neoliberais. Cabe destacar os seguintes pontos: 1- cenário internacional adverso; 2- efeitos defasados das medidas restritivas adotadas no primeiro semestre de 2011; 3- deterioração das expectativas dos empresários; 4- dificuldade de o Estado deslanchar os investimentos no setor de infraestrutura para enfrentar os pontos de estrangulamento da economia; 5- juros altos; 6- câmbio apreciado; 7- crescimento lento da produtividade do trabalho e 8- baixo nível de investimento.

Juros elevados e câmbio valorizado inibiram o investimento, sobretudo no setor industrial. Parte dos estímulos à demanda decorrentes das medidas de caráter expansivo adotadas por Dilma foram inócuos, pois parte do crescimento da demanda acabou sendo

⁸ Sobre os processos de reprimarização das exportações e de desindustrialização ver, entre outros autores, Gonçalves (2013) e Cano (2014).

desviada para as importações, com evidente impacto negativo no o setor industrial e nas contas externas. O fracasso da política de Mantega decorreu fundamentalmente da manutenção do núcleo da política macroeconômica neoliberal, que inibe a acumulação de capital. A tentativa de controlar preços segurando o aumento das tarifas públicas não deu os resultados esperados porque, em grande medida, não houve o incremento dos investimentos necessários para ampliar a oferta e assim deter a inflação, devido à própria política de juros elevados e câmbio valorizado. O crescimento do consumo, que vinha sendo o principal fator da expansão da economia desde 2003, não mais conseguia cumprir essa função, pois o endividamento das famílias apresenta limites e o baixo crescimento não permitiu um incremento mais acelerado da renda e do emprego. Soma-se a esses fatores a crescente deterioração das contas externas a partir de 2007, o que fragilizou a posição brasileira ante as pressões do capital financeiro globalizado (Gonçalves, 2013; Cano; 2014).

Em uma situação de elevada liquidez no mercado internacional, os juros elevados, mantidos sistematicamente acima da média internacional, ao proporcionarem polpuda remuneração ao capital fictício acarretaram volumosa entrada de capitais especulativos, o que foi fundamental para manter a tendência de valorização do real. A moeda nacional só se depreciou de forma mais acentuada a partir de fins de 2014 e início de 2015, quando da eclosão das crises política e econômica, claramente entrelaçadas. A crise mundial e a valorização da moeda aprofundaram a deterioração da balança comercial e das contas correntes, iniciada em 2007. A valorização também estimulou as remessas para o exterior, outro elemento importante para entender os crescentes déficits das transações correntes. A vulnerabilidade externa se agravou, apesar do país dispor de um volume de reservas próximo dos 400 bilhões de dólares. Porém, insuficiente diante de um passivo externo de cerca de 1,5 trilhões de dólares, sendo que cerca de 600 bilhões correspondem a investimentos em carteira de caráter especulativo (Gonçalves, 2013)⁹. Essa fragilização da posição brasileira tornou o governo mais vulnerável as pressões do capital financeiro, que passou a exigir o retorno as políticas ortodoxas, cujos principais símbolos são a elevação dos juros e o superávit primário.

⁹ Em 2007, o saldo das transações correntes foi de 1,5 bilhão de dólares, depois de apresentar resultados bem mais robustos entre 2004 e 2006. A partir dessa data, o saldo da conta de transações correntes sofreu forte deterioração. Em 2011, o saldo foi negativo em 76,9 bilhões de dólares, atingindo um déficit de 104, 07 bilhões de dólares, em 2014. Cifra insustentável por um período mais longo. O saldo da balança comercial também tendeu a se deteriorar. Passou de um superávit de 28,9 bilhões de dólares, em 2011, para um déficit de 4, 1 bilhões, em 2014 (BCB, 2015; Goncalves, 2013, p. 102-104 e 124-125).

Embora o governo Dilma tenha voltado a majorar os juros a partir de março de 2013, em vista das eleições presidenciais no ano seguinte, o discurso governamental parecia crítico em relação a ortodoxia. No processo eleitoral, Dilma indicou que ela enfrentaria os problemas da economia brasileira buscando uma alternativa ao ajuste recessivo proposto pelas correntes neoliberais, embora já implementasse uma política de contenção. Isto ficaria mais nítido após sua vitória eleitoral.

A política econômica no primeiro semestre de 2015

Dilma venceu as eleições, mas o governo perdeu rapidamente a iniciativa política devido a um conjunto de fatores, dentre os quais cabe destacar: deterioração da situação econômica, persistência da crise internacional, onda de casos de corrupção, campanha diuturna da imprensa contra o governo e a implosão da base de sustentação política no Congresso, reflexo do desmoronamento da instável aliança de classes que sustentava os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Nestas circunstâncias, Dilma, optou pelo aprofundamento da política recessiva e nomeou Joaquim Levy, indicado diretamente pelo capital financeiro, para comandar o Ministério da Fazenda. Ao optar por essa estratégia ela queimou a possibilidade de tentar um amplo apoio popular contra a austeridade.

A política de estabilização de Levy estava calcada em dois pilares principais: o aumento dos juros e o ajuste fiscal. A proposta inicial era obter um superávit primário de 1,2% do PIB, o equivalente a 66,3 bilhões de reais. Isto seria alcançado pelo incremento de impostos, pelo corte de despesas de custeio, pelo corte de investimentos públicos e pelo corte de direitos sociais. A taxa básica de juros, a SELIC, saltou de 11,75% ao ano, em dezembro de 2014, para 14,25%, em julho de 2015 (IPEADATA, 2015). A elevação dos juros seria necessária para deter o processo inflacionário e levar a inflação para o centro da meta até o final de 2016. Isto porque, segundo os defensores dessa política, a natureza da inflação, como já foi assinalado, residiria no excesso de demanda. Daí também a urgência do ajuste fiscal, pois o excesso de gastos públicos elevaria a demanda. O ajuste também seria importante para manter a relação dívida pública/PIB em patamares aceitáveis para os credores, demonstrando que o país teria condições pagar seus compromissos. Dessa maneira, as agências internacionais classificadoras de risco, que consistem em organismos de defesa dos interesses do capital a juros, manteriam a

classificação de grau de investimento para o Brasil, o que facilitaria o financiamento público e privado no exterior e a entrada de aplicações em carteira no país.

Esta política visa enfrentar os problemas da economia por meio de uma forte recessão, que possibilitaria o equilíbrio simultâneo das contas públicas, das contas externas e da inflação. Isto implicaria na queda do emprego e dos salários, sem, no entanto, prejudicar os interesses rentistas. A aplicação dessa política jogou a economia brasileira na recessão em 2015. Estima-se que o PIB sofrerá uma retração de cerca de 3,0% neste ano.

Esta argumentação é discutível, sobretudo no que se refere ao diagnóstico da inflação, pois as principais causas da elevação dos preços são as fortes pressões de custos (desvalorização da moeda, elevação dos juros, elevação das tarifas de energia elétrica, majoração dos preços dos combustíveis, pressão dos preços de produtos agrícolas por problemas climáticos etc.) e a permanência de muitos preços indexados, em particular os dos serviços públicos. Não por acaso, a persistente queda da demanda não tem conseguido reverter as pressões inflacionárias, mas mesmo assim os defensores dessa política continuam defendendo maior austeridade fiscal e monetária. Os resultados dessa política foram desastrosos até o momento.

Os fortes cortes no gasto público não levaram ao tão almejado superávit fiscal. Isto porque a receita pública tem caído a um ritmo superior a queda da atividade econômica. Por outro lado, a elevação dos juros aumenta o peso da dívida pública, obrigando o governo a dispender cada vez mais recursos para saldar o seu serviço. A relação dívida pública bruta/PIB, em 2014, fechou o ano em 59% e hoje se encontra em 66%. Algumas projeções indicam que ultrapassará os 70% em 2016. O pagamento de juros representa hoje 8,89% do PIB e esse número tenderá a crescer com a atual política, que claramente favorece os interesses rentistas. Nos primeiros meses de 2015, observa-se uma diminuição real de 2,87% na arrecadação federal, apesar dos aumentos recentes em vários impostos (BCB, 2015; IPEADATA, 2015).

A busca do ajuste fiscal por meio de severos cortes no gasto público, em um contexto recessivo, contribui para aprofundar ainda mais a recessão e, portanto, reduzir mais que proporcionalmente a receita do Estado, transformando o equilíbrio fiscal em uma miragem. Caso a taxa básica de juros, que rege boa parte da remuneração dos títulos públicos, fosse reduzida para 10%, a economia com o pagamento da dívida pública seria

próxima ao montante dos cortes previstos para alcançar o ajuste fiscal, pois a cada queda de 1% nos juros o governo economiza 15 bilhões de reais com o pagamento da dívida.

O governo, em virtude da forte desaceleração da economia e da impossibilidade de alcançar o superávit primário inicialmente prometido, anunciou a redução do superávit primário para 0,15% do PIB, o que causou, como o esperado, forte reação dos rentistas e das correntes ortodoxas. Agora o governo prevê um déficit primário de 0,9% do PIB para 2015. Porém, para acalmar o chamado mercado o governo enviou para o Congresso uma proposta de orçamento prevendo um pequeno superávit primário para 2016.

Enfim, o governo Dilma ao optar pela política ortodoxa se afastou de grande parte dos setores populares. Ao mesmo tempo, sua base de sustentação no Congresso desmoronou. O governo enfrenta acirrada oposição da esmagadora maioria da classe dominante e das classes médias. Independentemente de Dilma permanecer à frente do governo, a saída da crise que se desenha parece tender para a direita, em consonância com o encaminhamento da crise estrutural do capitalismo global, que até o momento tem sido conservador.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Nelson. “Dez anos de política econômica”. In: SADER, E. (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BASTOS, Pedro P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas, IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 258, 2015

BCB - Banco Central do Brasil. www.bcb.gov.br Consulta em 02/01/2016.

CANO, Wilson. *(Des)industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 244, 2014.

CEPAL http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegradaFlashProc_HTML.asp. Consulta em 02/01/2016.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

CORSI, Francisco L.; CAMARGO, José M.; SANTOS, Agnaldo dos; VIEIRA, Rosângela L.(orgs) *Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global*. Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2014.

(orgs.). *A Conjuntura política e econômica brasileira e argentina*. Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2015.

IBGE www. http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12. Consulta em 02/01/2015.

IPEADATA www.ipeadata.gov.br . Consulta em 02/01/2016.

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. *Revista de Economia Política*, vol. 35, n. 3 (140) , pp. 426-443, julho-setembro, 2015.

OECD www.statis.oecd.org Consulta em 02/01/2016.

OREIRO, José L. A armadilha juros-câmbio: a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro. <https://jlcoreiro.wordpress.com/2014/04/04/a-armadilha-juros-cambio-a-continuidade-do-desequilibrio-macroeconomico-brasileiro/> , 2014. Consultado em 29/12/2015.

SADER, Eder (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SICSÚ, João. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.

SINGER, André. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) . *Novos Estudos CEBRAP*, n.102, 2015, pp. 42-71.